

**40o. Encontro Anual da ANPOCS**

**ST-28 Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas**

**Título: “A cor das vítimas nas imagens flagrantes da violência policial e o ativismo digital anti-racismo no Brasil e nos Estados Unidos”**

**Autora: Geísa Mattos**

## **A cor das vítimas nas imagens flagrantes da violência policial e o ativismo digital anti-racismo no Brasil e nos Estados Unidos<sup>1</sup>**

**Geísa Mattos<sup>2</sup>**

Uma sequência de vídeos mostrando homicídios e violência brutal cometida por policiais nos Estados Unidos, nos quais as vítimas são de cor morena ou negra, começou a circular na mídia internacional a partir de 2014. Uma das imagens mais divulgadas em todo o mundo através das telas de televisão e redes sociais como Facebook e Twitter foi a cena de um policial atirando, pelas costas, em um homem negro de 50 anos que estava desarmado, Walter Scott<sup>3</sup>. Em outros vídeos divulgados, as vítimas eram mulheres e adolescentes, expostas à humilhação e tortura na abordagem policial, como visto no caso de uma cena em que as vítimas participavam de uma festa em uma piscina pública em McKinney, Texas<sup>4</sup>.

Meses antes, em dezembro de 2014, a morte documentada de Eric Garner em Nova York gerou comoção internacional, fazendo crescer o uso do slogan Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) como uma hashtag<sup>5</sup> nas conversas em redes sociais em torno do caso. As últimas palavras de Eric Garner — “I can’t breathe!” (“Eu não consigo respirar”) —, que ele gritava

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da minha pesquisa de pós-doutorado, para a qual contei com bolsa da Fundação CAPES. O pós-doc foi realizado no Ph.D. Program in Sociology, Graduate Center, City University of New York de setembro de 2015 a agosto de 2016. Sou grata às duas instituições por todas as facilidades e suportes que tive para realizá-la, e também ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, que me licenciou para esta pesquisa. Agradeço ao meu orientador de pós-doutorado, Professor Phillip Kasnitz, pela inspiração para a discussão sobre linguagem racializada neste trabalho. Agradecimentos especiais também pelas contribuições de João Miguel Lima, Priscila Néri, Tshombe Miles e Ana Ramos-Zaya, e o grupo Whitness nas Americas, no Baruch College (CUNY). Gratidão enorme pela confiança em mim depositada por Raul Santiago e Débora Silva.

<sup>2</sup> Professora de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Email: geisamattoslima@gmail.com

<sup>3</sup> Uma descrição e análise deste caso e de seus desdobramentos pode ser encontrada no site da ONG Witness (Bair, 2015), como parte do projeto que examina o impacto do vídeo ao documentar problemas de má conduta policial nos Estados Unidos. O projeto discute também o papel do vídeo nos julgamentos dos acusados.

<sup>4</sup> Com o título “Police Brutality on minors in McKinney Texas”, o vídeo foi postado por Deezil Greezil (2015) no site do YouTube.

<sup>5</sup> As hashtags são palavras-chave usadas pelos usuários das redes sociais, nas quais eles categorizam o assunto do qual estão tratando ao usar o símbolo # antecedido da palavra. Com isso, possibilitam criar um hyperlink, que poderá ser localizado por sites de busca ou indexados em sites como Twitter e Facebook, e serão listados junto com o que outros estão falando sobre o mesmo assunto. A ferramenta é especialmente útil para contabilizar os temas mais comentados do momento, como faz o Twitter, com os “trending topics”, e os pesquisadores que utilizam softwares específicos para este tipo de mapeamento.

enquanto estava sendo enforcado, tornou-se uma metáfora para a injustiça social que afeta negros em todo o mundo. Estes e outros vídeos levaram milhares de cidadãos nas cidades nos Estados Unidos a protestarem nas ruas em 2014, 2015 e 2016.

No mesmo período, casos de brutalidade policial captados por câmeras apareceram no Brasil. Em 2014, o homicídio de Claudia Ferreira da Silva por policiais militares no Morro da Congonha (Rio de Janeiro) se tornou um dos mais notórios e chocantes casos no País, amplamente discutido nos noticiários de TV, jornais e através das redes sociais<sup>6</sup>. Como irei descrever neste artigo, este caso foi amplificado nas redes sociais e chegou às telas de TV e jornais como um flagrante crime racista. Outros casos apareceram no mesmo período, gerando denúncias similares.

Este artigo objetiva explorar o processo que torna possível uma ampla construção do significado da violência policial no Brasil como racismo, tanto na esfera pública digital quanto nos registros da mídia tradicional, particularmente entre 2014 e 2015. A análise enfoca as narrativas a respeito dos casos recentes de violência policial captadas por câmeras no Brasil, ao mesmo tempo em que o movimento Black Lives Matter crescia nos Estados Unidos.

O Brasil tem uma longa tradição de análise acadêmica e política de crimes cometidos por policiais militares em que as vítimas são descritas em termos de classe social e lugar de residência. Em uma típica análise da literatura sobre violência no Brasil nos anos 1990, as vítimas da polícia eram descritas como sendo “o pobre, o trabalhador rural e os sindicalistas, os grupos minoritários, as crianças abandonadas e os adolescentes, muitos deles vivendo nas ruas” (Pinheiro 1997:44). Embora o autor cite “a discriminação enraizada na sociedade contra o pobre e as minorias raciais” como uma das faces da violência no Brasil, a questão racial não é destacada como central.

Este artigo se propõe a apresentar o contexto em que raça emerge como um traço central nos relatos sobre a violência policial no Brasil produzidos por ativistas, jornalistas e cidadãos na esfera pública digital. Também no mundo acadêmico, como mostrado em recentes trabalhos (Vargas e Alves, 2010; Vargas, 2011), temos vistos mudanças significativas em relação às abordagens mais comuns nos anos 1990. Vargas e Alves (op. cit.) trazem o “regime racializado”

---

<sup>6</sup> Detalhes deste caso e de sua repercussão podem ser encontrados no site do Global Voices, em um relatório (Garcia, 2014), dedicado à violência policial captada por cameras no Brasil.

para explicar o que os autores chamam de “geografias da morte”, seguindo o caminho do pioneiro intelectual afro-brasileiro Abdias do Nascimento (1989), que chamou a atenção para o “genocídio da população negra” no Brasil.

Meu interesse, contudo, é focar no que está acontecendo nos discursos do ativismo contra a violência policial, que podem ser vistos nas narrativas postadas nas redes sociais. A abordagem metodológica consiste na análise da repercussão de quatro casos ocorridos no Brasil entre 2013 e 2015, nos quais foram usados vídeos e imagens das vítimas para denunciar a violência policial, ao mesmo tempo em que crescia no mundo da mídia mundial a circulação de imagens de homicídios cometidos contra negros nos Estados Unidos.

Realizei entrevistas com dois dos mais importantes ativistas brasileiros contra a violência policial que estiveram em Nova York em 2016, durante minha estadia para a realização da pesquisa de pós-doutorado. Débora Silva, do Movimento Mães de Maio (São Paulo) e Raull Santiago, do Coletivo Papo Reto (Rio de Janeiro)<sup>7</sup>, estiveram lá a convite da Anistia Internacional, a fim de participarem de eventos para denunciar a questão. As observações destes eventos são nelas mesmas importantes materiais para esta pesquisa, embora a exploração de todo o seu conteúdo esteja além do alcance deste artigo. Todas estas fontes de dados constituem a moldura para o que estou interpretando como “linguagem racializada” no contexto do que se tornou uma percepção bem mais difundida socialmente de que a vítima preferencial da violência policial no Brasil é negra.

## RAÇA E RACISMO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Como tem sido largamente reconhecido no campo das Ciências Sociais, raça é uma construção social (Kasinitz 1992; Telles 2004; Bonilla-Silva 2014), e como tal tem efeitos reais nas vidas das pessoas identificadas como brancas, pretas ou morenas, mesmo que isso não tenha uma base biológica. Semelhante a outras construções sociais, a quase sempre instável noção de raça é baseada na estrutura social racializada, que engloba a “totalidade das relações raciais e

---

<sup>7</sup> Uma explicação mais detalhada do que são o Movimento Mães de Maio e o Coletivo Papo Reto será encontrada adiante.

práticas que reforçam o privilégio” (Bonilla-Silva 2014:8-9)<sup>8</sup>, em termos de uma ideologia racial, a Supremacia Branca, usada para explicar e justificar o status-quo.

Comparações nas formas pelas quais a ideologia racial se desenvolveu no Brasil e nos Estados Unidos são um clássico e controverso tópico na tradição dos estudos históricos e sociológicos sobre raça e racismo. Nos anos 1950, a noção de “democracia racial” no Brasil foi muito influente, inspirada pelo trabalho de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala” (1933, 1ª. edição). Charles Wagley (1971) foi um dos autores dos Estados Unidos que ajudou a disseminar a ideia do Brasil como “paraíso racial”, em oposição àquele país reconhecido como uma nação racista. Depois dos anos 1960, esta ideia da “democracia racial” foi desafiada por estudos financiados pela UNESCO<sup>9</sup>, e por trabalhos, de, entre outros, Florestan Fernandes (1965) e Abdias do Nascimento (1989), do Brasil; George Reid Andrews (1992) e France Winddance Twine (1998), dos Estados Unidos.

Thomas Skidmore (1992, 2003) e Edward Telles (2004) produziram importantes análises sobre esta literatura. Como Telles (2004:1) argumenta, “ambos países estão enraizados na ideologia da supremacia branca, suas respectivas ideologias raciais e padrões de relações raciais evoluem de diferentes maneiras, já que eles respondem a distintas forças históricas, políticas e culturais”.<sup>10</sup>

Skidmore (1992) analisou a literatura comparada dos anos 1990 e se opôs à ideia — a qual ainda tinha status privilegiado até meados dos anos 1960 — de contraste entre os Estados Unidos “bi-racial” e o Brasil “multi-racial”. Ele argumentava em favor de uma maior atenção às estatísticas e às consequências das políticas de ação afirmativa, entre outros aspectos que ajudaram a entender como os sistemas de relações raciais tem mudado nos dois países, de modo a evitar generalizações “a-históricas”.

Nos anos 1990, as abordagens comparativas se tornaram particularmente interessantes para os cientistas sociais, quando as ações afirmativas para igualdade racial foram gradualmente

---

<sup>8</sup> Tradução da autor. No original: “the totality of the social relations and practices that reinforce white privilege” (Bonilla-Silva 2014:8-9)

<sup>9</sup> Coleção *Le Racisme Devant La Science*, © Unesco 1960. Publicado no Brasil na coletânea em dois volumes *Raça e ciência*, Ed. Perspectiva, 1970.

<sup>10</sup> Tradução da autora. Do original: “both countries are rooted in the ideology of white supremacy, their respective racial ideologies and patterns of race relations evolved in radically different ways as they responded to distinct historical, political and cultural forces.” (Telles, 2004:1)

sendo implementadas no Brasil, seguindo o caminho que os Estados Unidos tomaram a partir dos anos 1960. France W. Twine (2000:1-2) descreve a ação iniciada por um estudante afro-brasileiro na Universidade de São Paulo demandando cotas para negros em 1996, quando apenas 1% dos estudantes era não-branco. A socióloga afro-americana, com seu olhar construído a partir das tensões raciais mais evidentes nos Estados Unidos, ficou impressionada pelo “pequeno tamanho [da manifestação] e a falta geral de suporte”<sup>11</sup> que a iniciativa recebeu de afro-brasileiros e outros não-brancos.

A transição para as políticas de ação afirmativa é interpretada por Telles (2004:47) como “dramático momento da história brasileira” já que ela consiste em um reconhecimento do racismo pelo governo brasileiro e pela sociedade, tensionando a ideia largamente aceita da “democracia racial”.

Nos anos 2000, convenções internacionais sobre racismo promoveram encontros e trocas entre ativistas dos dois países (Telles, 2004). A adoção das ações afirmativas foi uma consequência do ativismo do movimento negro brasileiro, que começou a se tornar global desde 2000, de acordo com a análise de Edward Telles (2004:61):

Embora a globalização apresente novos problemas, como o crescimento do racismo na internet e uma grande vulnerabilidade das populações negras pobres nas decisões do capital internacional, a transnacionalização dos direitos humanos promoveu novas oportunidades para os movimentos sociais em geral. Informalmente, através da internet, email e da mídia internacional ampliada, o trabalho e a visibilidade de redes internacionais de direitos humanos se expandiu enormemente. O movimento negro, geralmente em cooperação com outras organizações de direitos humanos, cresceu com estas novas oportunidades e estabeleceu laços com as organizações do movimento negro da América Latina, Estados Unidos e África do Sul<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Do original: “the small size and the general lack of support” (Twine, 2000: 1-2).

<sup>12</sup> Tradução da autora. Do original: “Although globalization presented new problems, such as the spread of racism in the Internet and a greater vulnerability of poor populations to the decisions of international capital, the transnationalization of human rights provided new opportunities for social movements generally. Informally, through the Internet, email and expanding international media, the work and visibility of international human-rights networks expanded greatly. The black movements, often in cooperation with other human-rights organizations,

Atualmente, a despeito da expansão da política de cotas para admissão em universidades públicas e exames para servidores públicos no Brasil, reações racistas tem tido lugar em universidades e em vários lugares sociais, muitas delas registradas por câmeras de celulares, com ampla repercussão na mídia<sup>13</sup>. De fato, desde os anos 2000, tem havido um crescimento das tensões raciais no Brasil no novo ambiente comunicacional das redes sociais, contexto que irei analisar a seguir.

## ESTATÍSTICA E VÍDEO: A NOVAS FORMAS DE “PROVA” DO RACISMO

O começo do século XXI tem visto raça aparecer em conexão com a brutalidade policial nas notícias nacionais como uma questão relevante no Brasil. Em primeiro lugar devido às estatísticas de homicídio, que tem incluído a clivagem por cor das vítimas desde 2002. O Mapa da Violência no Brasil (Waiselfisz 2012, 2013, 2014) tem compilado os números e dado destaque aos dados segundo os quais as mortes por arma de fogo afetam desigualmente negros, homens e jovens. O relatório “Você Matou Meu Filho. Homicídios Cometidos pela Polícia na Cidade do Rio de Janeiro”, elaborado pela Anistia Internacional (2015), compila os assassinatos cometidos por policiais militares naquela cidade, levando em conta raça, gênero e classe social. O relatório conclui que, entre 2010 e 2013, a Polícia Militar vitimou 1.275 pessoas: 99.5% eram homens; 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos.

Apesar disso, mesmo que os dados parecem eloquentes e possam promover conexões de sentido entre Brasil e Estados Unidos com relação à questão de raça e homicídios cometidos por policiais, um dos obstáculos apontados para o reconhecimento das similaridades entre os dois países – além das diferenças culturais e históricas em interpretar raça e racismo – reside exatamente na dimensão quantitativa do problema. De acordo com o Censo Brasil 2010 (IBGE, 2012), pessoas que consideram a si mesmas negras ou morenas constituem a maioria de 51% da

---

seized on these new opportunities and established ties with the black-movement organization throughout Latin America, United States, and South Africa” (Telles, 2004: 61)

<sup>13</sup> Um dos flagrantes de racismo de grande repercussão recente no Brasil foi a gravação de insultos racistas na Praia de Barra da Tijuca (RJ) por parte da professora Sonia Valéria Fernandes, 54 anos, contra Sulamita Mermier, de 31. A vítima gravou as agressões com sua camera de celular, e um amigo publicou o video no Facebook. Até 4 de setembro de 2016, o video já tinha tido mais de seis milhões de visualizações. O registro pode ser encontrado no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=p4XvFTrdEcQ> (Revista Circuito, 30 de agosto de 2016).

população, enquanto nos Estados Unidos os negros são minoria de 13%, de acordo com o Censo mais recente daquele país (U.S. Census Bureau 2011).

Além disso, para se ter uma dimensão quantitativa do problema, é relevante apontar que em 2013, enquanto o número de homicídios cometidos por policiais nos Estados Unidos era de 461<sup>14</sup>, no Brasil, ele alcançava 2.212 — uma média de seis pessoas mortas pela Polícia a a cada dia (Vigna, 2014).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, denunciou a situação da violência policial em termos da raça da maioria das vítimas no Brasil e nos Estados Unidos, em março de 2016. Em sua declaração, ele denunciou que “mais de 2.000 pessoas foram reportadas como mortas pela Polícia” no território brasileiro em 2015, e “eles eram desproporcionalmente de descendência africana” (United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 2016). Ele também demonstrava preocupação com os 300 afro-americanos reportados como mortos pela polícia nos Estados Unidos.

O Brasil possui uma das mais altas taxas de homicídio do mundo. Dados recentes divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) mostram o país como o 11º mais violento do mundo, com 32.4 homicídios para cada 100.000 pessoas. O mesmo relatório mostra que a proporção nos Estados Unidos é de 5.4 homicídios para cada 100.000.

De acordo com a Anistia Internacional (2015), 56.000 foram vítimas de homicídios em 2012 no Brasil, sendo que 30.000 eram jovens e 77% negros. Esses números se referem a um amplo conjunto de motivações para os crimes e perpetradores, nem todos aí incluídos são crimes cometidos por policiais. Em todos os casos, no entanto, os negros são a maioria entre as vítimas. A assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional no Brasil, Renata Neder, tem denunciado que está havendo “um massacre da juventude negra neste País” (Amorim, 2015). Em 2014, a Anistia Internacional lançou no Brasil a campanha “Jovem Negro Vivo”, usando estes números para amplificar a consciência da situação.

Nos Estados Unidos, em termos gerais, brancos são a maioria das vítimas de homicídios cometidos pela Polícia, já que estes correspondem a 85% da população total. No entanto, a

---

<sup>14</sup> Números baseados em análise do jornal USA Today, que fazem referência às estatísticas produzidas pelo Federal Bureau of Investigation (Johnson, 2014). Nos Estados Unidos, estas situações são oficialmente consideradas “justifiable homicides”, o que corresponde aos “autos de resistência” no Brasil.



proporção de negros é muito mais alta: dos 1.103 cidadãos mortos por policiais nos Estados Unidos em 2015, 537 eram brancos, 237 negros, e 170 hispânicos/latinos. Isto significa uma proporção de 2.7 brancos e 6.5 negros assassinados para cada milhão de pessoas<sup>15</sup>. Então, mesmo que os números totais sejam diferentes, a proporção é a mesma nos dois países: negros são três vezes mais susceptíveis de serem assassinados pela Polícia no Brasil e nos EUA.

Não apenas estes números são responsáveis pelo crescimento do movimento negro nos últimos anos: as filmagens dos homicídios tiveram um tremendo impacto também, mostrando horríveis cenas de pessoas negras sofrendo violência brutal ou sendo assassinadas por policiais. Mais do que isso, estas imagens alcançaram grande impacto através das redes sociais, já que elas são compartilhadas com textos interpretando os casos como evidências de racismo.

## ATIVISTAS NA ESFERA PÚBLICA DIGITAL

Irei examinar quatro casos em que, a exemplo dos Estados Unidos, e no mesmo período da emergência do Black Lives Matter, os vídeos também foram usados como prova da violência policial no Brasil. Meu objetivo é analisar se e como o racismo é abordado nos discursos do ativismo contra a violência policial. Buscando conhecer de onde partem as vozes deste ativismo digital, encontrei basicamente três perspectivas.

A primeira vem de uma organização que tem liderado as lutas contra a violência policial no Brasil: o Movimento Mães de Maio, criado por mães e familiares das vítimas da violência policial em São Paulo a partir de 2006, quando cerca de 600 pessoas, todos moradores da periferia de São Paulo, a maioria jovens e negros, foram assassinados por policiais militares e agentes de grupos de extermínio em represália a ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) contra agentes de segurança pública. A fundadora e líder do movimento, Débora Silva, é uma das mães das vítimas dos “crimes de maio”. Ela esteve em Nova York por duas vezes em 2016 para participar de eventos relacionados à denúncia da violência policial no Brasil – sendo a primeira a convite da Anistia Internacional no Brasil e a segunda para um evento na City University of New York<sup>16</sup>. Tive oportunidade de entrevista-la nas duas vezes em que esteve na cidade, troquei ideias

---

<sup>15</sup> O jornal The Guardian mantém um site interativo e atualizado editado por Viner, Glendinning e Sullivan (2016) que mapeia estes números, com proporções por raça e etnicidade por milhão de pessoas.

<sup>16</sup> “Insurgencies: racialized police terror and pedagogies of resistance in the Americas”, foi o evento que Débora participou, promovido pelo professor e pesquisador brasileiro Jaime Alves, do Departamento de Antropologia do

com ela informalmente, e fiz também anotações sobre a sua participação nos eventos em que estivemos presentes.

A segunda voz vem de organizações do campo do jornalismo independente, às quais tem se dedicado ao trabalho de produzir perspectivas alternativas (em contraste com a mídia tradicional) sobre os crimes cometidos pela polícia no Brasil. Uma organização, criada em 2014, tem se destacado: o Coletivo Papo Reto, que emergiu do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, congregado de 15 favelas, onde existem quatro Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e constantes denúncias de crimes cometidos por policiais. Raul Santiago, líder desta organização, mora no Complexo do Alemão. Tive a oportunidade de assistir sua participação e discurso em um debate organizado pela ONG Witness em Nova York, em abril de 2016, tendo feito uma entrevista com ele na ocasião. Debora Silva também fez um emocionante discurso neste evento, que foi seguido por um debate com ativistas do movimento negro americano e de representantes brasileiros de organizações de defesa dos direitos humanos em Nova York.

O terceiro ponto de vista para esta análise vem das narrativas do movimento negro sobre violência policial, especialmente aquelas elaboradas pelo feminismo negro brasileiro, que tem crescido na esfera digital. Eles, e principalmente elas, tem postado suas denúncias e análises em blogs como Meninas Black Power, e também em sites de organizações brasileiras tradicionais de mulheres negras: Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, e Criola, fundado em 1992.

## CASOS E IMAGENS DA VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS NO BRASIL

*Amarildo de Souza, favela da Rocinha (RJ), julho de 2013.* O caso do pedreiro, que desapareceu após ser levado por agentes da UPP foi um dos de maior repercussão nacional e mundial em que a raça da vítima começou a ser destacada. Por muitos meses a pergunta “Onde está Amarildo?” ecoou nas redes sociais, em forma de hashtag, em várias línguas. A campanha foi iniciada na página do Facebook do Movimento Mães de Maio, com uma fotografia da família

---

College of Staten Island, City University of New York. Na ocasião, estavam presentes também ativistas e pesquisadores de diversos países das Américas – Colômbia, Guatemala, El Salvador, México, Canadá e Estados Unidos, em dois intensivos dias de debates sobre violência policial e racismo nestes países nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2016.

de Amarildo segurando um cartaz com a questão. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência também foi muito ativa nesta campanha, usando o Facebook para cobrar respostas do Estado em relação ao desaparecimento de Amarildo.

Apesar de toda a repercussão do caso nas redes sociais que levaram a uma cobertura mais ampla da grande mídia sobre o desaparecimento de Amarildo, até julho de 2015 não havia qualquer informação sobre onde estaria o seu corpo, embora as investigações já apontassem para o fato de que ele foi torturado e morto por policiais nas dependências da UPP. Naquele mês, foi divulgada pela TV Globo a análise feita sobre imagens gravadas por câmeras de segurança na Favela da Rocinha no dia em que o pedreiro foi levado pelos PMs, mostrando um veículo do Batalhão de Choque da Polícia Militar (BOPE) deixando a sede da UPP com dois policiais sentados na parte traseira e tendo a seu lado um saco preto com volume e forma compatível com a de um corpo humano<sup>17</sup>.

Após a divulgação das imagens, o Comando Geral da Polícia Militar anunciou que reabriria as investigações sobre o ocorrido. A análise destas imagens foi tomada como mais uma prova para o Ministério Público, que resultou na condenação de 13 policiais em janeiro de 2016 por tortura e ocultamento do cadáver, o que é uma rara conclusão deste tipo no Brasil, onde 99,2% dos casos são arquivados por “falta de provas” (Misse, 2001). A juíza Daniela Alvarez Prado, responsável pelo julgamento, escreveu na sentença que Amarildo foi “vítima de uma cadeia de enganos, era vulnerável à ação policial, além de ser negro e pobre em uma comunidade à margem da sociedade”<sup>18</sup>. Além de classe social e lugar de residência, o reconhecimento do racismo pelo sistema judicial como fator chave para a vulnerabilidade da vítima na abordagem policial ocorreu como resultado das pressões dos movimentos sociais e do ativismo digital.

A importância das imagens captadas por câmeras na investigação do caso Amarildo foi constante desde o início, destacadas em reportagens na grande imprensa<sup>19</sup>. As filmagens – ou a

---

<sup>17</sup> As imagens das câmeras de segurança e a análise do Ministério Público foram divulgadas exclusivamente pela Rede Globo de Televisão (“Polícia Abre Inquérito Para Apurar Novas Imagens sobre o Caso Amarildo”, 2015. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/policia-abre-inquerito-para-apurar-novas-imagens-sobre-o-caso-amarildo.html>).

<sup>18</sup> Notícia sobre o indiciamento: “Justiça do RJ condena 13 PMs por tortura, morte e sumiço de Amarildo”, 2016: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/31/justica-do-rj-condena-8-pms-por-tortura-morte-e-sumico-de-amarildo.htm>

<sup>19</sup> Reportagem de Harrinkson de Andrade, no site Uol Notícias, em 17/08/2013, contabiliza oito câmeras no trajeto que levou o pedreiro à sede da Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha. Reportagem recupera com imagens o

ausência delas –, foram indícios fundamentais contra os policiais, pelo fato de as duas câmeras de segurança da UPP terem sido as únicas – de um total de 80 câmeras que fazem parte de um monitoramento integrado na comunidade – a apresentarem “defeito” que as impediram de funcionar justamente no dia da morte do pedreiro<sup>20</sup>.

*Claudia Ferreira da Silva, Morro de Congonhas, Rio de Janeiro, março de 2014.*  
Claudia, 38 anos, mãe de quatro filhos, casada e cuidadora de outras quatro crianças, seus sobrinhos, estava indo comprar pão para a família quando foi baleada no pescoço por policiais e jogada inconsciente dentro do bagageiro no carro da Polícia. Enquanto eles a conduziam ao hospital, o bagageiro do veículo abriu e seu corpo ficou pendurado pela roupa e foi arrastado pelas ruas. O motorista de um veículo que estava atrás do carro da polícia gravou a cena com a câmera de seu celular. As imagens chegaram a uma rede de TV e “viralizaram” nas redes sociais. O que poderia ser mais um caso bárbaro explorado pelo sensacionalismo dos programas de televisão que se dedicam à exploração da violência contra negros e pobres, foi ganhando outra feição ao ser amplamente denunciado como um crime racista em artigos na grande imprensa, sob a pressão do ativismo das ruas e online (Anjos 2014; Garcia 2014; Youssef 2014).

Em protesto contra o crime, moradores do Morro da Congonha no Rio de Janeiro queimaram ônibus nas ruas, como em outros casos de violência contra os moradores. No entanto, o caso Cláudia marca uma diferença fundamental em relação a outros casos por ser, ainda mais do que o Amarildo, um ponto de virada em relação à difusão mais ampla da ideia do racismo associada à luta contra a violência cometida por PMs. Várias manifestações aconteceram em cidades brasileiras, promovidas por organizações de mulheres negras. Um cartaz usado para uma manifestação em Brasília, em março de 2014, dizia: “Somos todos Claudia. Manifestação contra o racismo e a violência policial”. Blogueiras Feministas, Meninas Black Power e Instituto Geledés dedicaram muita atenção ao caso Claudia, denunciando-o como um flagrante crime racista.

---

trajeto e fotografa as câmeras: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/17/percurso-feito-por-carro-da-upp-rocinha-que-levou-amarildo-tem-pelo-menos-8-cameras.htm#fotoNav=18>

<sup>20</sup> “Câmera de UPP não funcionava quando pedreiro desapareceu”, 30/07/2013. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/07/30/camera-de-upp-nao-funcionava-quando-pedreiro-desapareceu.htm>

O coletivo feminista Think Olga fez uma campanha chamada 100xClaudia nas redes sociais convidando artistas para homenagearem Claudia. Na página do blog que anunciou o projeto eles diziam: “As denúncias da barbárie ocorrida são importantes e elas não devem cessar. Mas fugir do sensacionalismo e humanizar esse momento também é. Por isso, nos propusemos a retratar Cláudia com mais carinho do que o visto nos últimos dias”<sup>21</sup>. Um dos desenhos mais compartilhados nas redes sociais foi do artista e ativista Pedro Magalhães, de Salvador, que mostra uma figura feminina negra lembrando Claudia, e a sentença: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”.

*José*<sup>22</sup>, São Paulo, março de 2014. O adolescente negro de 17 anos foi levado de seu apartamento de madrugada, sem autorização judicial, e já na delegacia soube que era acusado de de ter roubado um carro. Enquanto José estava em uma casa de detenção para menores de 18 anos, a equipe da Ponte Jornalismo, um site de jornalismo colaborativo especializado em cobertura de crimes contra direitos humanos, conduziu uma investigação independente sobre o caso, usando imagens da câmera de segurança do edifício onde José morava. As filmagens mostraram o adolescente fumando na calçada em frente ao prédio, no momento mesmo em que ladrões batiam em um poste com um carro roubado, próximo ao seu prédio<sup>23</sup>. O tratamento dado ao caso pelos jornalistas André Caramante e Bruno Paes Manso, da Ponte Jornalismo, enfatizou o racismo envolvido na prisão do adolescente, mostrando que o juiz da Vara da Infância e Adolescência condenou o rapaz à internação na Fundação Casa com base somente no testemunho policial. Paes Manso, que também mantinha um blog no jornal Estadão online em 2014, escreveu a respeito da história: “Apesar de não ter cometido o ato infracional, José segue

---

<sup>21</sup> Esta apresentação da campanha e os trabalhos artísticos do projeto “100 vezes Claudia” podem ser vistos no site Think Olga (2014), neste link: <http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/>

<sup>22</sup> José foi um nome fictício usado pela Ponte Jornalismo para não causar ainda mais danos ao rapaz acusado.

<sup>23</sup> O vídeo editado pela Ponte a partir das imagens da câmera de segurança do prédio do adolescente, que inclui depoimento da jovem que teve seu carro roubado afirmando que não reconheceu José como um dos assaltantes, pode ser visto no site YouTube e pode ser visto no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=bxrWu4aF6Nk> (Ponte Jornalismo, 03/01/2015)

internado até hoje: ele é culpado por ser jovem, negro e subcidadão em uma democracia injusta e sem controles”<sup>24</sup> (Manso e Caramante, 2014)

*Alan e Chauan, Rio de Janeiro, fevereiro de 2015.* Um grupo de jovens adolescentes estavam conversando à noite em suas bicicletas em uma rua da comunidade de Palmeirinha (RJ). De repente, um deles corre de brincadeira, e policiais militares se aproximam e atiram no grupo. Naquele momento, um dos jovens baleados, Alan, de 15 anos, gravava a conversa com seus amigos pelo celular. A câmera do aparelho continuou filmando enquanto ele caía no chão e agonizava até a morte. Nas imagens não se pode vê-lo sendo baleado, mas se escutam os seus gritos e de seu amigo, Chauan, de 19 anos, também baleado, que rezava e chorava. Nos dias seguintes, os policiais divulgaram um comunicado de que Alan foi morto e Chauan baleado em “resistência seguida de morte” e que ambos carregavam armas de fogo.

Depois que o vídeo foi divulgado (Rio Consciente, 2015), o Comandante da Polícia Militar foi afastado, num raro caso de punição dentro da Polícia. O vídeo também provou que os policiais estavam mentindo ao tentar forjar um “auto de resistência” acusando os adolescentes de estarem armados. No Diário do Centro do Mundo (DCM), um site de mídia independente brasileiro, um artigo do jornalista Mauro Donato (2015), sintetizava: “Não existisse o vídeo muito provavelmente o caso se transformaria em estatística e a opinião pública média e preconceituosa manteria os garotos sob dúvida. Negros de noite na rua e na favela? Boa coisa não estavam fazendo, não é mesmo? Só que não. Eram meninos completamente inocentes fazendo o que meninos fazem, divertindo-se.”<sup>25</sup>

No Facebook a denúncia do caso é encontrada na página do Coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR), que concluiu em caixa alta depois de descrever o caso: “A ‘GUERRA ÀS

---

<sup>24</sup> Blog SP no Divã, que o jornalista Bruno Paes Manso mantinha, em 2014, e no qual ele repercutiu a denúncia do site Ponte Jornalismo, do qual também faz parte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/sp-no-diva/bruno-paes-manso-e-andre-caramante>

<sup>25</sup> “O menino que filmou sua própria morte e desmontou uma farsa da PM do Rio”, Mário Donato, 26/02/2015. <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-menino-que-filmou-sua-propria-morte-e-desmontou-uma-farsa-da-pm-do-rio/>

DROGAS’ É UMA GUERRA CONTRA AS PESSOAS, SOBRETUDO POBRES E NEGRAS”  
(Coletivo DAR, Facebook, 2015)<sup>26</sup>

A despeito do vídeo altamente impactante, dos esforços de sites de mídia independente e de ONGs de defesa de direitos humanos e de algumas páginas no Facebook e Twitter terem chamado a atenção para o racismo no caso, a morte de Alan e a bala alojada no peito de Chauan não tiveram tanta repercussão nas redes sociais como os casos Claudia e Amarildo. Não apareceram hashtags ou campanhas que mobilizassem a atenção mais ampliada.

Os casos Claudia, José, Alan e Chauan foram catalogados e analisados em uma pesquisa conduzida pela Witness (Neri, 2015), ONG sediada em Nova York, que apoia cidadãos e grupos em todo o mundo para desenvolverem e aperfeiçoarem a documentação sobre crimes contra os direitos humanos. Os casos fazem parte de um amplo corpus selecionado pela Witness Media Lab para investigar como vídeos podem ser mais bem aproveitados na defesa dos direitos humanos.

Além de ONGs que dão suporte internacional à luta pelos direitos humanos no mundo, como a Witness, o número de coletivos de comunicação independentes, que tem se dedicado à cobertura de crimes relacionados ao racismo e à violência policial, é um importante aspecto do contexto que estamos interpretando.

O caso José é um exemplo no qual um coletivo de comunicação independente teve papel central na denúncia do racismo na abordagem policial. A Ponte tem denunciado vários outros casos em que há um claro viés racista na violência policial — casos que não recebem grande atenção na mídia convencional. André Caramante — um jornalista que fez reportagens investigativas sobre grupos de extermínio dentro do Departamento de Polícia de São Paulo e é um apoiador do movimento Mães de Maio — encabeça o time de voluntários da Ponte Jornalismo, junto com Bruno Paes Manso. Este último trabalhou em vários veículos da imprensa tradicional e hoje faz pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência, na Universidade de São

---

<sup>26</sup> Este coletivo, criado em 2011, tem como foco a luta contra o que denomina “conjuntura proibicionista” que criminaliza pobres e negros. Página no Facebook pode ser encontrada neste link: <https://www.facebook.com/ColetivoDAR/?fref=ts>

Paulo. Caramante é também um pesquisador da cultura hip hop. A sensibilidade de jornalistas como Caramante e Paes Manso para destacar a relação entre raça e a violência policial era uma tendência que não existia no Brasil na década de 1990, como estaremos examinando a seguir.

## VIOLÊNCIA POLICIAL NO SÉCULO XX

Em Outubro de 1992, durante uma rebelião no Presídio do Carandiru, em São Paulo, policiais militares invadiram e mataram 111 presos. O massacre recebeu atenção internacional como um grave caso de violação de direitos humanos. Um ano depois, a raça dos detentos foi destacada pela primeira vez na música “Haiti”, por Gilberto Gil e Caetano Veloso (1993) em uma cáustica comparação entre o massacre e a situação no Haiti, onde 95% da população é afro-descendente. O Haiti estava enfrentando uma guerra civil nos anos 1990, as imagens de violência e miséria sofridas pelos corpos negros eram expostas nas telas de televisão ao redor do mundo. Nessa música, Veloso e Gil se dirigem à classe média branca brasileira, acusando-os por mostrar solidariedade aos haitianos mas não dar devida atenção ao massacre do Carandiru, em uma época em que a raça dos prisioneiros não era “notada”:

E quando você ouvir o silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina/111 presos indefesos/Mas presos são quase todos pretos / Ou quase pretos, quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados/ E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos (Gil e Veloso, 1993)

Este reconhecimento, na música, do racismo estrutural da Polícia no Brasil, nos anos 1990, existia basicamente apenas no hip hop e nas letras de rap (Zeni, 2004). Em 1997, por exemplo, o influente grupo de rap Racionais MCs lançou o icônico “Diário de um detento”, no qual, o letrista Manu Brown, em parceria com um detento que presenciou o massacre de dentro do Carandiru (Jocenir, 2001), denuncia as condições de vida na prisão, a violência do sistema contra os pobres, a desigualdade econômica e a maneira como o mundo é visto de dentro do presídio. Embora as imagens do clip desta música mostrem que a maioria dos prisioneiros é negro, e denunciem o genocídio prisional com imagens ligando o massacre do Carandiru aos campos de concentração nazista, nesta letra, especificamente, nenhuma menção explícita é feita



ao racismo como parte do problema do sistema judicial no Brasil, embora em outros raps o grupo faça menção mais direta ao racismo<sup>27</sup>. O discurso do hip hop contra o racismo foi se tornando bem mais desenvolvido no Brasil a partir dos anos 2000, como mostra um estudioso do hip hop brasileiro: “em 1997, parece-me que o negro drama, que apareceria de forma bem mais complexa no disco de 2002, já estava diagnosticado, mas talvez ainda não houvesse encontrado a sua formulação precisa – aquela que inclui no coração do drama, os próprios membros do grupo” (Zeni, 2004: 238)

Um outro chocante caso de violação de direitos humanos que se tornou manchete internacional aconteceu em 1997, na Favela Naval, Rio de Janeiro. A certa distância, um homem filmava policiais militares formando uma barricada, abordando violentamente, torturando e extorquindo os moradores. Entre outros momentos chocantes, o vídeo mostra o momento em que o policial para um carro, exige que um homem sente no banco de trás, tortura e depois mata o rapaz com tiros. A Rede Globo de Televisão (Globo.tv Memória Globo, 1997) exibiu o vídeo como caso grave de violação de direitos humanos, mas sem fazer referência à cor das vítimas. Comoção internacional foi gerada abordando a violação de direitos humanos por parte da Polícia Militar, sem referência específica ao racismo.

Este caso de vídeo documentando a violência policial na Favela Naval em 1997 é muito significativo no sentido de que estamos vivendo em um novo ambiente cultural e político, no qual está sendo criada a possibilidade de chamar a atenção mais ampla de outros segmentos da sociedade para a raça das vítimas da violência. Nos anos 1990, os ativistas negros tinham que lidar com redes relativamente estreitas com relação à referência ao racismo. Como Twine (2000:2-3) anota em relação àquele período, “vários pesquisadores tem apontado o fracasso dos ativistas bem informados em conseguir apoio para coletivos anti-racistas entre não-brancos no Brasil”<sup>28</sup>. A Fundação Palmares, criada pelo Ministério da Cultura em 1988, estimava a existência de 500 a 600 grupos ativos dedicados à luta contra o racismo no País naquela década (Vieira, 1995). Apesar dos numerosos grupos, como mostrado por Rosana Heringer (1995:205), “a mensagem de desigualdade racial, social e econômica do movimento negro no país” até

---

<sup>27</sup> O clip pode ser visto no YouTube neste link: [https://www.youtube.com/watch?v=CZunqkl\\_r4](https://www.youtube.com/watch?v=CZunqkl_r4) (Racionais MCs, 2013)

<sup>28</sup> Tradução da autora. Do original: “numerous scholars have commented upon the failure of educated anti-racist activists to generate support for a collective anti-racist movement among nonwhites in Brazil.” (Twine, 2000, 2-3)

aquele ponto “claramente” não tinha conseguido criar uma “identidade comum entre a maioria de não-brancos”<sup>29</sup>.

Tomada como pedra-de-toque para entender o racismo estrutural, a violência policial é tradicionalmente reconhecida como força mobilizadora na história do ativismo político nos Estados Unidos, como no caso do movimento Black Panthers em 1960 e 1970. Em 2015, o lançamento do documentário “Black Panthers: Vanguard of Revolution”, dirigido pelo africano-americano Stanley Nelson, gerou vários debates nos EUA destacando as conexões com o momento atual e o movimento Black Lives Matter e reconhecendo a brutalidade policial como uma das mais dramáticas manifestações do racismo contemporâneo.

As manifestações no distrito de Watts, em Los Angeles em 1965; o caso Rodney King na mesma cidade, em 1991, e as revoltas populares na cidade que se seguiram a ele, são também muito simbólicas na história das lutas contra o racismo nos Estados Unidos. Na análise de Janet Abu-Lughod (2007) sobre estas revoltas que aconteceram em Chicago, Nova York e Los Angeles naquela época, ela demonstrava que “embora no Sul a violência policial fosse vista como sub-produto de outras formas de opressão branca, em Nova York, Chicago e Los Angeles era tida como uma questão central” (Abu-Lughod 2007:23)<sup>30</sup>.

A violência policial contra negros é interpretada contemporaneamente por João Costa Vargas (2011:245) como parte de um processo de genocídio que ele define como “constelação de políticas, práticas e crenças que afetam as maneiras pelas quais os sistemas de Justiça, Saúde e Trabalho determina prejuízos e a morte prematura de negros”<sup>31</sup>. Vargas compara Brasil e Estados Unidos como países que compartilham “experiências comuns de subjugação racial ao Estado (mais obviamente, mas não restritas à violência policial), desemprego desproporcional e

---

<sup>29</sup> Tradução da autora. Do original: “black movement’s message of racial, social and economic inequality” in the country at that point “clearly” had not managed to create a “common identity or cause among the majority of non-whites.” (Heringer, 1995: 205)

<sup>30</sup> Tradução da autora. Do original: “whereas mistreatment in the South was seen as a by-product of larger forms of white oppression, in New York, Chicago, and Los Angeles it was a central issue” (Abu-Lughod 2007:23).

<sup>31</sup> Tradução da autora. Do original: “the constellation of policies, practices and beliefs that affect the ways the systems of Justice, Health and Labor determine damages and the premature death of Blacks.” (Vargas, 2011:245)

encarceramento em massa, morte prematura e doenças, dentre outros amplos fatos compartilhados entre os negros” (Vargas, op. cit.)<sup>32</sup>

No Brasil, a violência policial deflagrou o ativismo anti-racismo em pelo menos um momento-chave nos anos 1970: a tortura e morte de Robson Silveira da Luz, em 1978, dentro de uma delegacia de polícia em São Paulo, que gerou o primeiro grande protesto político durante a ditadura militar e levou à criação do Movimento Negro Unificado em 1979 (Silva 2002; Pereira 2010).

### A LINGUAGEM RACIALIZADA

Organizações do movimento negro no Brasil há muito tempo vem tentando chamar a atenção para a conexão entre violência policial e racismo, como é o caso do grupo especificamente criado para este fim ainda em 2005, Reaja ou Será Morto, em Salvador. O que está fazendo a diferença agora em termos de como mais agentes sociais estão sendo capazes de perceber o racismo quando falam de intervenções policiais nas periferias urbanas brasileiras?

Para uma melhor compreensão do que está acontecendo, é importante olhar para a convergência de agentes sociais falando a mesma linguagem – não somente ativistas negros, mas também ativistas contra a violência policial, jornalistas, advogados de direitos humanos e milhares de cidadãos nas redes sociais. É interessante notar com esta linguagem tem sido informada pela difusão de narrativas produzidas pelo movimento Black Lives Matter na mídia internacional e na esfera pública digital.

O líder do Coletivo Papo Reto, Raull Santiago, em uma entrevista<sup>33</sup> em Nova York, em 2016, reconheceu a dificuldade de ampliar a consciência sobre o fato de que a maioria das

---

<sup>32</sup> Tradução da autora. Do original: “Brazil and US as countries that share “the common experiences of state racial subjugation (more obviously but not only restricted to police brutality), disproportionate unemployment and massive incarceration, premature death and preventable disease, among other widely shared social facts among Blacks.” (Vargas, 2011:245)

<sup>33</sup> Raull Santiago foi entrevistado por mim em Nova York, em 10 de abril de 2016, depois do debate que ele participou no Brooklyn, organizado pela Witness, com ativistas do movimento negro nos EUA.

vítimas no Brasil são negras, mesmo na favela. Ele considera que a mídia tradicional não somente não contribui com a luta contra o racismo, como também reforça o preconceito, criminalizando as vítimas. No entanto, ele vê a si mesmo como parte de uma nova geração de ativistas da favela que vem usando recursos da comunicação digital para mobilizar forças no sentido de mostrar que o racismo é uma questão central na abordagem policial. O Coletivo Papo Reto, em parceria com a Witness, vem se especializando no uso do vídeo captado por câmeras de celulares para a denúncia dos crimes policiais no Complexo do Alemão, no que vem sendo chamado de “midiativismo” (Custódio, 2016). Em palavras dele:

“Dentro da favela, é difícil você mostrar que quem tá morrendo é de fato o jovem negro. Porque de fato todos os jovens estão morrendo. [Mas é preciso] puxar o entendimento do que é ser negro. Porque a gente morre por ser da pele negra, mas também há um envolvimento de que dentro da favela...eu vejo a favela como um quilombo, sabe...eu vejo como um quilombo de resistência, onde a polícia, o Estado faz os seus ataques tentando eliminar aquelas pessoas.”<sup>34</sup>.

O ativista e intelectual afro-brasileiro Abdias do Nascimento foi o primeiro a usar a expressão quilombo como uma maneira de conceituar a organização dos afro-descendentes contemporaneamente contra o sistema de opressão do racismo. A expressão aparece com este sentido em artigo publicado nos Estados Unidos: “Quilombolismo: An Afro-Brazilian Political Alternative” (1980).

Raull disse que incorporou a expressão “quilombo” dos diálogos com o movimento negro, rede da qual ele sempre integrou no seu processo de formação como ativista. O conceito ainda é muito influente no Brasil hoje e bastante usado no ativismo juvenil do hip hop, adotado como uma simbólica maneira de se referir às formas “legais” e “ilegais” de organizações brasileiras contra a opressão – o “quilombo”, neste sentido, é “uma práxis afro-brasileira de afirmação cultural e ética”, como elaborado por Nascimento (1980:152).

O uso de “quilombo” por Raull, ao abordar a questão da vitimização nas favelas, é parte do que proponho interpretar como “linguagem racializada” no novo contexto das lutas contra a

---

<sup>34</sup> Raull Santiago em entrevista para esta pesquisa, já citada, em Nova York, em 10 de abril de 2016.

violência policial. Esta linguagem é um conhecimento comum incorporado em uma série de conceitos compartilhados com diferentes agentes sociais, que é ativado nas narrativas sobre a violência policial que ocorre nas favelas e prisões. Ela que já era falada há pelo menos 15 anos pelo movimento hip hop brasileiro (Zeni, 2004), mas de certa forma permanecia relegada a um espaço social marginalizado, um “gueto”. A diferença, principalmente a partir de 2013, é que esta linguagem passa a ser amplificada, junto com as estatísticas, a campanha Jovem Negro Vivo (Anistia Internacional, 2014), e a força das imagens da violência policial flagradas por câmeras de segurança e de celular, mostrando corpos de negros como vítimas, como foi o caso emblemático da imagem do corpo de Claudia Ferreira da Silva sendo arrastada e de Alan e Chauan conversando e brincando na rua antes de levarem tiros de policiais.

Mesmo no caso Amarildo, em que não há imagens flagrantes dele sendo morto, as imagens desempenham papel fundamental na investigação, especialmente o que foi identificado como sendo a imagem de seu corpo saindo da favela dentro de um saco preto na traseira de um veículo do BOPE. As fotografias de sua família – todos negros – segurando o cartaz “Cadê o Amarildo” também contribuem neste contexto. As imagens circularam ao mesmo tempo que os vídeos de mortes promovidas por policiais contra negros nos EUA faziam crescer o movimento Black Lives Matter. No Brasil, estes flagrantes são interpretados num contexto que as denuncia como parte do “extermínio da juventude negra”, “do genocídio dos negros” e da campanha pelo “jovem negro vivo”.

Outra perspectiva chave que é incorporada nesta linguagem é que a violência é denunciada tendo o Estado Militarizado como alvo. Isso é muito diferente do discurso contra a violência que vem de ONGs de classe média branca no Brasil como Viva Rio, e Sou da Paz, criadas em 1990. Para essas organizações, que ainda são ativas, o foco é a “construção da cultura de paz”, e o desenvolvimento de políticas públicas em parceria com o Estado, fundações internacionais e comunidades. Uma das políticas públicas inspiradas pela Viva Rio foi a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro, que tem sido denunciada nos últimos anos como sendo responsável pela maior promoção de crimes contra negros, pobres e moradores destes lugares, como foi o caso de Amarildo, na Rocinha. Nas narrativas postadas sobre estatísticas da violência no site da Viva Rio e Sou da Paz não havia qualquer menção ao racismo, pelo menos até junho de 2016.

Perguntei à Debora Silva, líder do Mães de Maio, que diferença existe entre aquelas organizações tipo Viva Rio e Sou da Paz e o movimento do qual ela é uma das fundadoras<sup>35</sup>. “A favela nunca vai aceitar a pálida paz que eles oferecem. Que paz é essa? A paz dos cemitérios?” Débora faz referência aos cemitérios clandestinos nas periferias de São Paulo, que ela tem denunciado nos últimos anos, nos quais os corpos negros são enterrados sem identificação, muitos deles vítimas de crimes cometidos pela polícia.

Nesta linguagem racializada é a violência legalizada pelo Estado que é entendida como responsável pelo “genocídio da juventude negra e pobre”. É dentro deste contexto que os vídeos de policiais matando afro-americanos nos Estados Unidos ganha sentido no Brasil: eles são interpretados dentro de uma moldura na qual raça como conceito central para o entendimento da violência estatal está sendo construída e ganhando espaços também no País. Enquanto assistem às cenas na TV do “American issue” (problema dos Estados Unidos), nas palavras do Presidente Obama, os brasileiros estão “vendo” o seus próprios problemas, construídos numa linguagem que é cada vez mais global.

A linguagem em si mesma é também um subproduto das trocas entre redes de ativistas internacionais, que veem o problema a partir da perspectiva dos moradores de periferia do Brasil e dos Estados Unidos; eles abordam o racismo enquanto falam de violência. É muito importante notar que o uso das categorias raciais no ativismo está longe de ser restrita ao movimento negro. Encontrei esta retórica em ativistas como Débora e Raull, que tem diferentes históricos de engajamento – ela é mãe de uma vítima da violência policial, e ele é um jovem da favela que se tornou líder no campo da comunicação alternativa. Ambos hoje circulam pelo mundo em trocas cada vez mais frequentes com outros ativistas. Antes deste engajamento, eles se considerariam “morenos”, mas agora eles são parte do “blackness” (negritude) no mundo das favelas e guetos. “Se os filhos são negros, as mães também são negras”, sintetizou Débora em sua fala no evento “Insurgencies” em Nova York, mostrando como construiu sua própria negritude nesse processo. No caminho da politização como uma consequência das intervenções policiais nas favelas, há

---

<sup>35</sup> Este diálogo teve lugar durante um dos jantares que compartilhamos durante o evento Insurgencies, no College of Staten Island, em Nova York, em 31 de maio de 2016. O Professor Jaime Alves, do College of Staten Island, que organizou o evento, estava presente e também fazia perguntas à Débora a respeito do tema.

uma convergência para a “linguagem racializada”. Raull também faz uma reflexão sobre como passou a adotar mais a categoria raça no seu discurso:

A gente começou a gente não tinha esse discurso também do jovem negro, mas a gente foi aprendendo, com as amizades, com as parcerias, com as pessoas que a gente foi encontrando e que nos fizeram refletir também. Vocês perceberam que o tanto de fotos que vocês postaram a maioria era jovem negro? Que há um extermínio de jovem negro? Então essa percepção do Papo Reto tem pouco menos de dois anos e a gente tá começando a vir com esse discurso, mas se dá através dos parceiros que a gente vai encontrando na luta e vai fortalecendo e vai ajudando a refletir sobre qual é a realidade do enfrentamento que a gente tá fazendo<sup>36</sup>.

Perguntei à Raull sobre o porque de no caso Alan e Chauan o racismo não ter sido destacado na grande mídia, a despeito de ser o típico caso de um jovem negro inocente morto pela polícia e, que, de forma inusitada, filmou o próprio assassinato, num momento em que imagens como essa estavam provocando grandes manifestações e debates sobre racismo nos Estados Unidos, em 2015. Ele respondeu que não só os vídeos importam, mas as narrativas que dão sentido a eles. Para ele, é preciso: “começar a provocar esse pensamento através da fala, através da escrita, acredito que é importante para a sociedade que ainda não percebeu o quanto racista e violento com os negros é o País. Eu acredito muito na narrativa que você vai dar junto do que você está expondo no seu vídeo”<sup>37</sup>.

Minutos antes, Raull havia sido aclamado pela platéia de ativistas americanos e brasileiros, depois de sua fala sobre a luta contra a violência policial tendo como base o Complexo do Alemão (RJ), no debate promovido pela Witness, em abril de 2016, em Nova York:

---

<sup>36</sup> Entrevista já citada para esta pesquisa, em Nova York, após debate promovido pela Witness, em 10 de abril de 2016.

<sup>37</sup> Entrevista já citada para esta pesquisa, em Nova York, após debate promovido pela Witness, em 10 de abril de 2016.

Hoje a gente está aqui pela disputa da narrativa, porque nós falamos por nós hoje em dia. A disputa da presença, porque nós vamos ocupar e não seremos removidos. E a disputa do respeito, onde a gente vai falar e eles vão ter que nos ouvir. Porque no que diz respeito à democracia nosso sangue jorra até hoje, então a gente estar aqui hoje significa dizer que nossos mortos têm voz, que nossos vivos não vão ser assassinados e que a favela não é o problema, mas é a própria solução para tudo isso.

A “linguagem racializada” está se tornando global, devido às trocas entre ativistas das Américas. Em um recente anúncio de formação de uma rede de ativistas contra a “violência racial” no mundo, Débora Silva, do Movimento Mães de Maio, aparece junto com ativistas do Black Lives Matter em uma fotografia divulgada pela ONG Justiça Global, e feita quando da visita destes últimos ao Brasil em julho de 2016. Na fotografia, o grupo segura a bandeira branca e preta do Mães de Maio onde se lê: “contra o terrorismo de Estado”. No anúncio da formação desta rede de ativistas é informado ainda que fazem também grupos da Colômbia, El Salvador, México, Chile e Canadá<sup>38</sup>.

Uma das mais importantes expressões da linguagem racializada, falada nas periferias do Sul e do Norte das Américas (e também da Europa Ocidental), é a do rap e do hip hop. Usando a hashtag #jovemnegrovivo, se pode encontrar o rap “Carta aos meus iguais de alma”, dos rappers Marcão Baixada e Og Bobby Johnson Free Style (2015). Nesta letra, as vítimas da violência policial no Brasil e nos Estados Unidos aparecem diretamente relacionadas uma luta global anti-racismo:

“A luta é de todos pretos, da África e do mundo inteiro  
É pra zelar pela vida e não só pelo dinheiro  
Sangue no beco é o motivo pelo qual eu brigo  
Tenta enxergar o verdadeiro inimigo

---

<sup>38</sup> A reportagem com o anúncio desta rede global de ativistas contra a “violência racial” foi dado pelo site BuzzFeed (“Rede de ativistas busca ação global contra violência racial”. Farah, 2016), no dia 19 de setembro de 2016, e pode ser acessada neste link: [https://www.buzzfeed.com/tatianafarah/rede-de-ativistas-busca-acao-global-contra-violencia-racial?utm\\_term=.jlKP4b2Ryr#.lb3XOvkPG2](https://www.buzzfeed.com/tatianafarah/rede-de-ativistas-busca-acao-global-contra-violencia-racial?utm_term=.jlKP4b2Ryr#.lb3XOvkPG2)



Contrariando a estatística; minha vingança é lírica  
A face da morte é cínica  
Calaram a voz de quem sofre com revólver  
Vitória pra nós é passar dos 29  
Tô vivo! Mais um dia e mais um ganho  
Blood on the leaves: Eu sou fruto de um mundo estranho  
Que quanto mais eu falo, mais eu apanho. Deixar de ser suspeito é meu sonho  
Lutar pra ser feliz; te proponho!  
E essa luta eu não posso adiar, arrastaram a Cláudia  
O Amarildo? Eu nem sei onde tá  
Ratatá... tatá e Boom! Final do Filme  
Bem vindo à vida, já foi-se o tempo de Super Cine  
Me sufoca! 'Não consigo respirar'  
Falo o que importa! Cansei de esperar!  
Meu povo não perecerá, mesmo que façam o mal  
Falaram de Jordan, eu preferi falar de Michael Brown  
Corte!”

## CONCLUSÕES

Um dos mais relevantes méritos do movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos tem sido colocar a questão do racismo e da brutalidade policial no coração da agenda da mídia mundial. Quando as demonstrações, que começaram em Ferguson, em 2012, chegaram à Nova York em dezembro de 2014, com o vídeo mostrando Eric Gardner sendo sufocado até à morte por policiais, eles providenciaram um espelho nos quais os negros de todas as periferias do mundo podiam se ver refletidos, sendo que ali, o próprio enquadramento dado pela mídia – sob pressão do ativismo dos Estados Unidos – era do racismo.

O impacto dos vídeos e a eficácia do Black Lives Matter ao colocar sua mensagem nas primeiras páginas dos jornais, telas de TV e computadores do mundo, contribui para a formação de uma consciência global relacionada ao racismo na abordagem policial também no Brasil. Essa

percepção tem sido possível por causa das novas conexões e redes construídas entre diferentes agentes que falam a mesma “linguagem racializada” enquanto enfrentam a brutalidade policial. O trabalho de organizações de defesa dos direitos humanos como Anistia Internacional e Witness tem sido chave para a compreensão deste processo, já que elas estão situadas em um espaço de interseção dos grupos em diferentes países, contribuindo de diferentes maneiras, para colocar em movimento um diálogo entre ativistas e disseminar conceitos compartilhados.

Todavia, como análise com relação ao caso Alan/Chauan, o reconhecimento do racismo estrutural embutido na violência cometida pelo Estado é ainda um objeto de luta e um processo que está tendo lugar exatamente agora na esfera pública digital. Embora o caso Amarildo e Claudia apontem para este reconhecimento mais amplo do racismo, tanto pela instituição judicial, quanto pela mídia tradicional, ativistas tem que continuamente reforçar a perspectiva de raça na interpretação das provas das imagens em cada caso.

A esfera pública digital é agora a plataforma principal do debate político, estimulada por imagens e músicas que criam simbólicas sínteses no que se refere à violência estrutural. Estas sínteses são formuladas em uma linguagem racializada, que está gerando pressões sociais contra o “genocídio da população negra”, dentro do contexto de um amplo reconhecimento desta como uma luta transnacional.

## REFERÊNCIAS

- Abu-Lughod, Janet. 2007. *Race, Space, and Riots in Chicago, New York, and Los Angeles*. New York: Oxford University Press.
- Amorim, Paulo Henrique. 2015. “Chacinas nas Periferias.” *Conversa Afiada*, October 12. YouTube Web site. Retrieved March 4, 2016. (<https://www.youtube.com/watch?v=53rQggrAouI>)
- Andrews, George Reid. 2014. “Racial inequality in Brazil and in the United States: 1990-2010.” *Journal of Social History* 47(4):829-854. doi: 10.1093/jsh/shu026
- Anistia Internacional. 2015. *Você Matou Meu Filho!: homicídios cometidos pela Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.

- Anjos, Ana Beatriz. 2014. "Como se fosse um saco." *Revista Forum Semanal*. São Paulo: Publisher Brasil. Retrieved July 13, 2016 (<http://www.revistaforum.com.br/digital/139/como-se-fosse-um-saco/>).
- Article 19. 2016. "Uso de vídeos como prova em julgamentos está aquém do que deveria, mostra estudo." Article 19, January 1, 2016. Retrieved July 16, 2016. (<http://artigo19.org/blog/2016/01/14/uso-de-videos-como-prova-em-julgamentos-esta-aquem-do-que-deveria-mostra-estudo/>).
- Bair, Madeleine. 2015. "Caught on Camera: Police Abuse in the US." Witness Media Lab, September, 2015. Retrieved July 12, 2016 (<https://lab.witness.org/caught-on-camera-police-abuse-in-the-u-s/>).
- Bonilla-Silva, Eduardo. 2014. *Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. New York, Toronto, Plymouth, UK: Royman & Littlefield Publishers.
- Cano, Ignacio. 2010. "Racial bias in police use of lethal force in Brazil". *Police Practicing and Research* 11(1):31-43. doi: 10.1080/15614260802586350
- Custódio, Leonardo. 2016. *Midiativismo de Favela. Reflexões sobre o processo de pesquisa*. University of Tampere, Finland. <http://www.uta.fi/cmt/index/Midiativismo-de-favela.pdf>
- Deezil Greezil. 2015. "Police Brutality on minors in McKinney Texas." YouTube Web site. Retrieved November 12, 2015 (<https://www.youtube.com/watch?v=tBHpNA-BQ-8>)
- Fernandes, Florestan. 1965. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus, Universidade de São Paulo.
- Freyre, Gilberto. 2003 (48ª. edição). Casa Grande & Senzala. *Formação da família brasileira sob a economia do regime patriarcal*. São Paulo, Global.
- Garcia, Raphael Tsavkko. 2014. "The 'Woman Who Was Dragged' and Killed by Brazil's Military Police." *Global Voices*, March 30. Retrieved July 16, 2016. (<https://globalvoices.org/2014/03/30/brazil-claudia-silva-ferreira-dragged-killed-military-police/>).
- Heringer, Rosana. 1995. "Introduction to the Analysis of Racism and Anti-Racism in Brazil". Pp. 203-207 in *Racism and Anti-Racism in World Perspective*, edited by Benjamin P. Bower. London, New Delhi: Sage Publications.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2012. Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro. Retrieved December 11, 2015 ([http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)).
- Jocenir. 2001. *Diário de um Detento*. São Paulo, Labortexto Editorial.
- Johnson, Kevin. 2014. “Police Killings Highest in Two Decades.” USA Today, November 11. Retrieved July 16, 2016 (<http://www.usatoday.com/story/news/nation/2014/11/11/police-killings-hundreds/18818663/>).
- Kasinitz, Philip. 1992. *Caribbean New York: Black Immigrants and the Politics of Race*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Misse, Michel. 2011. *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Nascimento, Abdias do. 1980. “Quilombolismo: An Afro-Brazilian Political Alternative”. *Journal of Black Studies – Afro-Brazilian Experience and Proposals for Social Change*. 11(2):141-178.
- Nascimento, Abdias do. 1989. *Brazil, mixture or massacre? Essays on genocide of a black people*. Dover, MA: Majority Press.
- Neri, Priscila. 2015. “Dispatch from Brazil: if Killed by Police Guilty by Default Unless there is a video”. Witness Media Lab, September, 2015. Retrieved July 8, 2016 (<https://lab.witness.org/dispatch-from-brazil-if-killed-by-police-guilty-by-default-unless-theres-video/>).
- Pinheiro, Paulo Sergio. 1997. “Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias.” *Tempo Social* 9(1):43-52. [dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003](https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003)
- “Polícia Abre Inquérito Para Apurar Novas Imagens sobre o Caso Amarildo.” 2015. *GI News Portal*, June 23. Retrieved July 16, 2016. (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/policia-abre-inquerito-para-apurar-novas-imagens-sobre-o-caso-amarildo.html>).

- Rio Consciente. 2015. "Jovem que Foi Morto Pela Polícia no Palmeirinha Gravou a Própria Morte." YouTube Web site. Retrieved July 16, 2016 (<https://www.youtube.com/watch?v=Mm5E0zuZemE>).
- Skidmore, Thomas E. 1992. "EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?" *Novos Estudos* 34:49-62.
- Skidmore, Thomas E. 2003. "Racial Mixture and Affirmative Action: the cases of Brazil and United States." *American Historical Review* 108(5):1391-1396.
- Telles, Edward. 2004. *Race in another America. The significance of skin color in Brazil*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Think Olga. 2014. "100 Vezes Claudia." Retrieved July 16, 2016 (<http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/>).
- Twine, France Winddance. 2000. *Racism in a Racial Democracy*. New York, Rutgers University Press.
- United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. *Statement by Zeid Ra'ad Al Hussein, United Nations High Commissioner for Human Rights, to the Human Rights Council's 31st session*. Human Rights Council, 31st Session. Retrieved April 14, 2016 (<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=17200&LangID=E#sthash.njSGwNmL.dpuf>).
- U.S. Census Bureau. 2011. *The Black Population: 2010 – 2010 Census Briefs*. September. Washington, DC: Economics and Statistics Administration. Retrieved January 26, 2016 (<http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-06.pdf>).
- Vargas, João H. Costa, and Jaime Amparo Alves. 2010. "Geographies of death: an intersectional analysis of police lethality and the racialized regimes of citizenship in São Paulo." *Ethnic and Racial Studies* 33(4):611-636.
- Vargas, João H. Costa. 2011. "The Black Diaspora as Genocide. Brazil and the United States – a Supranational Geography of Death and Its Alternatives." In *State of White Supremacy. Racism, Governance, and the United States*, edited by Moon-Kie Jung, João H. Costa Vargas and Eduardo Bonilla-Silva, 243-270. California: Stanford University Press.

- Vieira, Rosangela M. 1995. "Black Resistance in Brazil: a Matter of Necessity." Pp. 227-240 in *Racism and Anti-Racism in World Perspective*, edited by Benjamin P. Bower. London, New Delhi: Sage Publications.
- Vigna, Anne. 2014. "Violência legalizada." *Pública - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*, December 18. Retrieved July 13, 2016 (<http://apublica.org/2014/12/violencia-legalizada/>).
- Viner, Katharine, Lee Glendinning and Matt Sullivan. "The Counted. People Killed by Police in the US". 2015. *The Guardian*. Retrieved July 16, 2016 (<http://www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2015/jun/01/the-counted-police-killings-us-database>).
- Wagley, Charles. 1971. *Introduction to Brazil*. New York: Columbia University Press.
- Waiselfisz, Julio Jacobo. 2012. *Mapa da Violência 2012. A cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR.
- Waiselfisz, Julio Jacobo. 2013. *Homicídios e Juventude no Brasil. Mapa da Violência 2013*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República.
- Waiselfisz, Julio Jacobo. 2014. *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil*. Brasília: FLACSO.
- WHO - World Health Organization. 2015. Violence prevention. Retrieved April 9, 2015 ([http://gamapserv.who.int/gho/interactive\\_charts/violence\\_prevention/homicides/atlas.html](http://gamapserv.who.int/gho/interactive_charts/violence_prevention/homicides/atlas.html)).
- Youssef, Alê. 2014. "O Haiti de Gil e Caetano nunca sai de nossas cabeças." *Trip Magazine*, April 11. São Paulo. Retrieved July 13, 2016. (<http://revistatrip.uol.com.br/trip/retrato-de-um-pais-doente>).
- Zeni, Bruno. "O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva". *Estudos Avançados* 18 (50), 2004.